

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.866 - RS (2018/0290789-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
**ADVOGADOS** : PAULO CESAR DA ROSA GOES E OUTRO(S) - SC004008  
RODRIGO FRASSETTO GÓES - RS087537A  
PLUMA NATIVA TEIXEIRA PINTO DE OLIVEIRA MATOS -  
RS088942  
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RS074909A  
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - RJ200572  
**AGRAVADO** : FABIO JOCIEL PADILHA CARVALHO  
**ADVOGADO** : FÁBIO HECK - RS062926

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manifestado em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. REVISÃO DE CONTRATO. BUSCA E APREENSÃO.*

*1. Os negócios jurídicos bancários estão sujeitos às normas inscritas no CDC (Súmula n. 297 do STJ), com consequente relativização do ato jurídico perfeito e do princípio pacta sunt servanda.*

*2. Os juros remuneratórios devem ser compatíveis com a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, não sendo considerada abusiva, por esta Câmara, a pactuação até cinco pontos percentuais superiores à referida média.*

*3. Restando demonstrada a cobrança de encargos abusivos no período de normalidade contratual, impositiva a descaracterização da mora contratual. Ato contínuo, sendo a caracterização da mora imprescindível para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, inviável a procedência do particular pedido, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei n. 911/69.*

*4. Nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/2015, considerando o trabalho adicional desenvolvido pelo procurador do apelado em grau recursal, impositiva a majoração da verba honorária a ele devida.*

*APELAÇÃO DESPROVIDA." (fl. 215)*

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta, além de divergência

jurisprudencial, violação aos artigos 402, 422, do Código Civil, 3º, *caput*, do Decreto-Lei 911/69. Insurge-se contra: a) a limitação dos juros remuneratórios; b) a mora não restou configurada.

É o relatório. Decido.

Quanto aos juros remuneratórios, cabe averiguar se o tão só fato destes extrapolarem a taxa média praticada pelo mercado financeiro em operações de mesma espécie no período de celebração do pacto indica a existência de abusividade.

Ao julgar o recurso representativo da controvérsia que pacificou a questão acerca da abusividade dos juros remuneratórios (REsp 1061530/RS, **Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009), a e. Min Relatora consignou, no que toca ao parâmetro a ser considerado para se inferir se os juros contratados são abusivos ou não, o seguinte:

***"Descartados índices ou taxas fixos, é razoável que os instrumentos para aferição da abusividade sejam buscados no próprio mercado financeiro.***

*Assim, a análise da abusividade ganhou muito quando o Banco Central do Brasil passou, em outubro de 1999, a divulgar as taxas médias, ponderadas segundo o volume de crédito concedido, para os juros praticados pelas instituições financeiras nas operações de crédito realizadas com recursos livres (conf. Circular nº 2957, de 30.12.1999).*

.....  
...

***A taxa média apresenta vantagens porque é calculada segundo as informações prestadas por diversas instituições financeiras e, por isso, representa as forças do mercado. Ademais, traz embutida em si o custo médio das instituições financeiras e seu lucro médio, ou seja, um 'spread' médio. É certo, ainda, que o cálculo da taxa média não é completo, na medida em que não abrange todas as modalidades de concessão de crédito, mas, sem dúvida, presta-se como parâmetro de tendência das taxas de juros. Assim, dentro do universo regulatório atual, a taxa média constitui o melhor parâmetro para a elaboração de um juízo sobre abusividade.***

***Como média, não se pode exigir que todos os empréstimos sejam feitos segundo essa taxa. Se isto ocorresse, a taxa média deixaria de ser o que é, para ser um valor fixo. Há, portanto, que se admitir uma faixa razoável para a variação dos juros.***

*A jurisprudência, conforme registrado anteriormente, tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto*

*proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média.*

***Todavia, esta perquirição acerca da abusividade não é estanque, o que impossibilita a adoção de critérios genéricos e universais. A taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, constitui um valioso referencial, mas cabe somente ao juiz, no exame das peculiaridades do caso concreto, avaliar se os juros contratados foram ou não abusivos.***" (grifei)

Vê-se, assim, que a circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, a conclusão de abusividade, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras, tal qual entendeu o Eg. Tribunal de origem.

Dessa feita, para considerar abusivos os juros remuneratórios praticados é imprescindível que se proceda a demonstração cabal de sua abusividade, em cada caso específico. Acerca do tema, mostra-se oportuna, ainda, a transcrição de trecho de voto proferido pelo saudoso e. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, (REsp 271214/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, **Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2003, DJ 04/08/2003, p. 216), em que, após realizar explanação bastante elucidativa acerca dos fatores implicados no cálculo da taxa de juros praticada, conclui que:

***"Com efeito, a limitação da taxa de juros em face de suposta abusividade somente teria razão diante de uma demonstração cabal da excessividade do lucro da intermediação financeira, da margem do banco, um dos componentes do spread bancário, ou de desequilíbrio contratual.***

***A manutenção da taxa de juros prevista no contrato até o vencimento da dívida, portanto, à luz da realidade da época da celebração do mesmo, em princípio, não merece alteração à conta do conceito de abusividade. Somente poderia ser afastada mediante comprovação de lucros excessivos e desequilíbrio contratual, o que, no caso, não ocorreu.***" (grifei)

Firmadas tais premissas, tem-se que o Eg. Tribunal de origem, ao considerar

abusivos os juros remuneratórios pactuados apenas em razão de excederem a taxa média do mercado, destoou do entendimento desta Eg. Corte, de forma que, ante a ausência de comprovação cabal da abusividade, deve ser mantida, *in casu*, a taxa de juros remuneratórios acordada.

Em relação à mora, verifica-se que, consoante pacífica jurisprudência desta C. Corte Superior de Justiça, a mora do devedor é descaracterizada tão somente quando a abusividade decorrer da cobrança dos chamados encargos do "período da normalidade" - juros remuneratórios e capitalização dos juros - (REsp nº 1.061.530/RS, Rel. Min. **NANCY ANDRIGHI**, Segunda Seção, DJe 10/3/2009; AgRg no REsp nº 1.115.213/RS, Rel. Min. **VASCO DELLA GIUSTINA** (Des. Convocado do TJRS), 3ª Turma, DJe 10/5/2010; EREsp nº 860.460/RS, Rel. Min. **FERNANDO GONÇALVES**, Segunda Seção, DJe 22/5/2009).

Dessa forma, como os referidos encargos foram cobrados em conformidade com a jurisprudência do STJ, a mora da parte recorrida revela-se configurada.

Diante do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para permitir a cobrança dos juros remuneratórios com base na taxa contratada, declarar caracterizada a mora da parte recorrida e julgar procedente a ação de busca e apreensão.

Ônus sucumbenciais invertidos, observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, caso a parte recorrida seja beneficiária da justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator